

OS EUROPEUS

Países ricos, mais tranqüilos em relação ao Brasil.

A reunião da próxima sexta-feira, entre os bancos credores e representantes do governo brasileiro, está sendo chamada pela comunidade financeira européia de "Batalha de Washington" e classificada como o "Dia D" para a negociação da dívida do Brasil, após os discretos progressos obtidos durante a reunião dos ministros de finanças dos sete países mais industrializados, no último fim de semana, quando eles resolveram recomendar um pouco mais de flexibilidade aos bancos credores.

Esse foi o primeiro tema tratado pelos ministros, antes mesmo da renovação do acordo para a manutenção das paridades atuais do dólar. Constatou-se uma discreta evolução dos países credores que, pela primeira vez, deram sinal verde aos bancos para propor, na medida de seus interesses, a capitalização de uma parte dos juros e o estudo mais aprofundado de outras soluções, entre as quais a conversão de parte da dívida em títulos a longo prazo.

Ao mesmo tempo, os ministros de finanças reafirmaram o princípio do reconhecimento da dívida, não admitindo explicitamente a possibilidade de que uma parte das dívidas possa ser, um dia, abandonada. Ontem, no Ministério de Finanças da França afirmava-se que os ministros dos sete países ricos reconheceram uma certa melhoria da situação econômica no Brasil. E, principalmente, no México. Foram apontados resultados mais positivos no balanço de pagamentos do México, que acumulou reservas de câmbio no valor de 15 bilhões de dólares, o que lhe dará condições de garantir o pagamento do serviço da dívida pelo menos durante os próximos dois anos.

No caso do Brasil, apesar da constatação de uma recente evolução favorável, críticas são feitas à falta de precisão e definição das propostas do ministro Bresser Pereira. Também a indefinição política interna tem sido comentada, citando-se em especial a recente manifestação do presidente José Sarney, disposto a reformar inteiramente seu ministério no momento em que o ministro Bresser Pereira procura encaminhar uma difícil negociação com credores privados e públicos nos Estados Unidos. Esse desejo do chefe de Estado só pode enfraquecer a posição da delegação que se encontra em Washington e Nova York, sem o necessário apoio político para desenvolver uma negociação mais ampla. Isso confirma as informações anteriores de que nenhuma grande negociação será formalizada com o governo brasileiro antes da definição do futuro político do País, isto é, a aprovação da nova Constituição.

A disposição de encaminhar, mais uma vez, uma solução apenas provisória para o problema da dívida, pode ser confirmada pela manifestação de um alto funcionário do Tesouro francês, membro da secretaria do Clube de Paris — ele afirmou que essa instituição poderá negociar um acordo de reescalonamento com o governo brasileiro sem passar pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) mas só para os vencimentos das parcelas previstas até o final do ano de 1988. A partir dessa época, o Brasil poderia concluir uma negociação mais ampla com os bancos e um acordo clássico com o próprio FMI. Então, o país reuniria condições para partir rumo a um reescalonamento

com prazos mais amplos com o Clube de Paris, a exemplo do que fizeram a Argentina e as Filipinas. Isto pode ser considerado também uma evolução da posição do Clube de Paris, que até agora descartava qualquer tipo de acordo, mesmo restrito, se o País não concluísse previamente um acordo com o FMI. A modesta evolução da instituição que reúne credores públicos, está inserida na estratégia dos sete ministros de Finanças, que recomendaram em Washington um pouco mais de flexibilidade aos credores comerciais.

Por outro lado, verifica-se também, segundo os meios financeiros europeus, uma maior abertura na própria posição do Brasil, que estaria abandonando a política do fato consumado. Ontem, jornais especializados franceses revelaram que provavelmente o ministro Bresser Pereira teria recebido garantias de que poderia concluir um acordo com os bancos, mesmo provisório, sem assinar um acordo com o FMI, o que lhe daria respaldo político internamente junto a opinião pública.

Apesar da relativa abertura dos ministros de finanças, os bancos credores ainda não digerem a fórmula brasileira de conversão de parte da dívida em títulos. Mesmo com as modificações introduzidas por Bresser Pereira na proposta inicial, apresentada em Viena no início do mês. Eles continuam resistindo à idéia e dificilmente o ministro Bresser Pereira conseguirá convencer, a curto prazo, os bancos comerciais, embora os banqueiros considerem este um caminho que mereça análise no futuro.

Realiti Júnior, de Paris.